

Sobreviventes do crivo genético

A nossa sociedade gosta de se apresentar como inclusiva, aberta a todas as diferenças, alérgica à discriminação. É o que se nota no Dia Mundial da síndrome de Down, que se celebra a 21 de março. Nos meios de comunicação social não faltam nesse dia reportagens sobre pessoas com síndrome de Down, testemunhos das suas famílias, iniciativas que favorecem a sua integração. São artigos positivos que tendem a destacar os resultados conseguidos por estas pessoas, superando as suas limitações. Os testemunhos dos pais que têm um destes filhos, revelam como a sua presença favoreceu a coesão e também a felicidade familiar. As reportagens sobre iniciativas em prol da integração social e laboral das pessoas com síndrome de Down, mostram-nos a eficácia da solidariedade. No seu conjunto, retira-se a impressão de que estamos perante uma sociedade que se reforça por acolher estas pessoas.

E, no entanto, embora apareçam cada vez mais nos jornais, vê-mos cada vez menos crianças com síndrome de Down na rua. As que vemos são mais sobreviventes. Na Europa, não menos de 85 % dos fetos com síndrome de Down são alvo de aborto. A informação tendenciosa que costuma ser dada à grávida nestes casos, acentua os potenciais problemas de saúde, as dificuldades sociais, o atraso mental, e ignora as possibilidades de integração e melhoria que tanto se destacam no Dia Mundial da Síndrome de Down.

A nossa sociedade é assim incoerente. Por um lado, promove e alegra-se com a integração do deficiente, como um sinal de nobreza e humanidade. Por outro, permite a eliminação desse mesmo deficiente não nascido, colocando cada vez mais alta a fasquia do crivo genético. Quere-mos que estas crianças se integrem na sociedade uma vez nascidas, mas antes do nascimento é feito todo o possível para que não se incorporem na vida.

Basta recordar as vozes de enérgico protesto, quando na frustrada reforma da lei do aborto em Espanha, se tentou colocar limites à possibilidade de abortar devido a qualquer malformação do feto. Foi dito que dessa forma o legislador ia “obrigar ao sofrimento” dos pais e do filho. A verdade é que o diagnóstico pré-natal não está ao serviço da inclusão, mas sim da eugenia privada.

A única forma de superar esta esquizofrenia cultural seria olhar de outro modo as pessoas com deficiência. Isto é algo que soube fazer Jean Vanier, fundador das comunidades de L’Arche, que recebeu o importante prémio Templeton. Desde 1964, Vanier tem-se dedicado a fomentar estas comunidades – hoje são 147 em 35 países – onde pessoas sãs cuidam de pessoas com deficiência intelectual, convivendo com elas.

Os trabalhadores que as atendem não se consideram heróis nem santos. Pensam que esta convivência enriquece as suas próprias vidas, descobrindo-lhes outras qualidades das pessoas.

No seu [discurso](#) de aceitação do prémio Templeton, Vanier afirmou que tendemos a valorizar os seres humanos pela sua força, competência, eficiência e conhecimentos. Países, grupos e indivíduos competem para serem os melhores e fazer mais. Pelo contrário, os deficientes acolhidos nas comunidades de L’Arche, exibem outras qualidades. “Estamos a descobrir”, diz Vanier, “que estas pessoas possuem uma riqueza de qualidades humanas que podem mudar os corações dos apegados à cultura do triunfo e do poder”. “As pessoas com deficiência intelectual não podem assumir tarefas importantes de poder e de eficácia. São fundamentalmente pessoas de coração. Quando se relacionam com outras, não têm uma intenção oculta de poder e de sucesso. A sua aspiração fundamental é estabelecer uma relação, um encontro de coração a coração”.

Este encontro é enriquecedor para ambas as partes: “Os que estão necessitados e os que vêm para ajudar são curados e tornam-se mais humanos”, assegura Vanier.

Possivelmente, se a tantas famílias lhes custa aceitar um filho com síndrome de Down, é porque pensam que o seu filho deve ser um triunfador, e uma criança com essa deficiência não vai sê-lo. Mas, de acordo com a experiência dos pais que o aceitam, esse filho é muitas vezes quem lhes proporciona mais alegrias, mesmo que também exija mais cuidados.

A rejeição dos bebés com síndrome de Down é uma deficiência social, uma deficiência do coração, que não é corrigida dedicando-lhes um Dia Mundial.

Alemanha: As professoras de escolas públicas poderão usar véu

Que as professoras muçulmanas possam usar véu nas escolas públicas tem vindo a ser debatido nos tribunais alemães há mais de uma década. Em 2003, uma sentença do Tribunal Constitucional Federal (que também cumpre as funções de Supremo Tribunal) considerava-o como parte do direito à liberdade religiosa, sempre e quando não constituísse um perigo para o meio educativo. Precisamente devido a esta ambígua exceção, a resolução deixava uma ampla margem de interpretação aos estados federados. Desde então, mais de metade aprovaram leis a proibi-lo.

Em março último, o Tribunal Constitucional sentenciou (“The New York Times”, 13.3.2015, “Muslim Teachers May Wear Head Scarves, German Court Rules”) que a proibição no estado da Renânia do Norte-Vestfália é inconstitucional. Apesar da sentença ter a sua origem em dois casos concretos (duas professoras muçulmanas, uma despedida e outra admoestada por escrito), o texto clarifica explicitamente que as suas consequências podem estender-se ao resto do território nacional.

Os juízes votaram 6 contra 2 que o véu (*hijab*) é um símbolo de identidade religiosa; para poder limitar o seu uso, o risco para o meio educativo referido na sentença de 2003 tem de ser “concreto e real”, e não uma sensação baseada em ideias abstratas.

A sentença foi celebrada pelas autoridades e organizações muçulmanas da Alemanha. Outros pensam que atribui injustamente aos diretores das escolas públicas a responsabilidade de decidir quando o véu das professoras constitui um risco. Além disso, salientam os críticos, a sentença mina o ambiente de inclusão que reinava nos centros públicos e, pelo contrário, satisfaz as aspirações do Islão mais tradicionalista.

A Alemanha conta com uma comunidade de quatro milhões de muçulmanos, a maioria de proveniência turca. A sentença chegou num momento especialmente tenso no debate sobre o Islão: a ascensão do jihadismo internacional e os atentados na vizinha França vieram reforçar o movimento Pegida, que se declara contrário à “islamização do Ocidente” e que se tornou forte nalgumas localidades do Leste, nomeadamente em Dresden.

No resto da Europa, a abordagem ao véu varia. Em França, a *laïcité* proíbe a presença de elementos religiosos em espaços públicos, e uma lei de 2004 proíbe explicitamente este tipo de roupas nas escolas, embora não nas universidades (algo que Sarkozy se comprometeu a mudar se chegar ao poder nas próximas eleições). Outras proibições parecidas vigoram na Suíça ou na Turquia.

O Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) aprovou as políticas destes três países. Para Nuno Ferreira, professor de

Direito na Universidade de Liverpool, estas sentenças restringem desnecessariamente o direito à liberdade religiosa. Explica em “The Conversation”, 23.3.2015, “German court rules against banning veil in schools, but Europe remains divided”, que proibir a *burka* por motivos de segurança tem lógica; pelo contrário, nem a neutralidade nem a laicidade do Estado justificam eliminar todos os símbolos religiosos do espaço público.

Muitas vezes argumenta-se que o véu representa um sinal de submissão das mulheres, e que, portanto, não deve ser tolerado num país ocidental. Em resposta ao comentário de um leitor neste sentido, Nuno Ferreira explica que a minissaia, a maquilhagem ou a cirurgia plástica também são consideradas por alguns como símbolos do jugo masculino; no entanto, o Estado deve ser cauteloso antes de se identificar com estas interpretações. O mesmo acontece com o véu: a não ser que se suspeite de uma imposição forçada, o princípio de neutralidade recomenda manter-se à margem.

Carta aberta da filha criada num lar de duas mães

A propósito da sentença do Supremo Tribunal dos EUA de junho último sobre o casamento *gay*, Katy Faust, que foi criada por um casal de lésbicas e hoje é mãe de quatro filhos, escreveu (antes da sentença ser emitida) uma carta aberta ao juiz Anthony Kennedy, que costuma manter posições ambivalentes e cujo voto podia ser crucial numa decisão cerrada. A carta foi publicada em “**Public Discourse**”, 2.2.2015, “Dear Justice Kennedy: An Open Letter from the Child of a Loving Gay Parent”).

Katy Faust reconhece que lhe “é muito difícil falar sobre este assunto, porque amo a minha mãe, tal como muitos de nós, filhos de casais homossexuais, gostamos delas, delas e das suas parceiras. O senhor não terá ouvido muito sobre nós porque, segundo a imprensa, é impossível que possamos amar os nossos pais homossexuais e opor-nos ao casamento homossexual. Muitos são da opinião de que eu não deveria existir. Mas existo, e não sou a única”.

Este debate, diz Faust, não tem a ver com a discriminação nem com o sofrimento emocional da comunidade homossexual. “O debate tem a ver com os filhos” e “gostaria de lhe explicar por que penso que redefinir o casamento serviria realmente para privar esses filhos dos seus direitos fundamentais”.

“O Congresso foi claro em 1996, aquando da Lei de Defesa do Casamento e declarou que a sociedade civil está interessada em manter e proteger a instituição do casamento heterossexual, porque tem um profundo e duradouro interesse em incentivar a procriação responsável e o cuidado dos filhos.

Em palavras simples: o governo tem interesse no casamento, porque tem interesse nas crianças”.

Claro, adverte Faust, “não há diferença entre o valor de uma pessoa heterossexual e o de uma homossexual. Todos merecem igual proteção e iguais oportunidades. No entanto, quando se trata da procriação e do cuidado para com os filhos, os casais do mesmo sexo e os de sexos opostos são totalmente desiguais e devem ser abordados de modo diferente pelo bem das crianças”.

“Quando dois adultos que não podem procriar querem criar juntos crianças, de onde vêm estas? Cada filho é concebido por uma mãe e um pai perante os quais ele tem um direito natural. Mas quando uma criança é colocada num lar homoparental, perderá pelo menos uma relação parental crítica e a influência vital dos dois géneros. Seja por adoção, divórcio, ou reprodução por terceiros, os adultos satisfazem deste modo os desejos do seu coração, enquanto que as crianças têm de arcar com o peso maior: o de perder os seus pais biológicos, ou um deles”.

“Fazer políticas que intencionalmente retirem aos filhos os seus direitos fundamentais, é algo que não deveríamos apoiar, incentivar ou promover”.

“Quando o senhor enfatizou quão importantes são as vozes das crianças criadas por casais homossexuais, provavelmente esperava uma resposta diferente. Podia esperar que os filhos de uniões homoparentais só tivessem belas palavras a dizer que as suas famílias são como todas as outras.

“De facto, eu própria atuei assim. Recordo quantas vezes repeti o meu discurso: ‘Estou contente que os meus pais se tenham divorciado, porque assim pude conhecer todas vocês, mulheres maravilhosas’. As mulheres do círculo da minha mãe gostavam imenso da minha maturidade, da minha sofisticação. Era o que queriam ouvir”.

“Hoje sinto-me muito mal quando o recordo, porque era mentira. O divórcio dos meus pais foi o acontecimento mais traumático dos meus 38 anos de vida. Embora gostasse da minha mãe, da sua parceira e dos seus amigos, teria mudado tudo para ter a minha mãe e o meu pai a viver e a ocuparem-se de mim no mesmo teto. Agora que sou mãe, vejo com clareza as belas diferenças que o meu marido e eu própria trazemos à nossa família. Vejo quão são e completo é os meus filhos terem os seus dois pais a viver com eles e a amá-los. Vejo quão importante é o papel do seu pai, e quão insubstituível sou como mãe. Desempenhamos papéis complementares nas suas vidas, e nenhum dos dois é prescindível”.

Katy Faust pediu na sua carta ao juiz Kennedy para falar com algum filho de pais homossexuais, especialmente aqueles com idade suficiente para poderem refletir sobre as suas experiências. “Se perguntar a algum, criado por um casal de lésbicas, se gosta das suas duas mães, provavelmente escutará um sonoro sim! Pergunte-lhe então pelo seu pai, e deparará com um profundo silêncio, ou com uma nostalgia

devastadora, ou ainda com o reconhecimento de que tinha um pai que teria gostado de ver com maior frequência. A única coisa que não encontrará é indiferença”.

“Qual é a sua experiência com filhos de pais divorciados, ou que foram fruto de uma reprodução de aluguer, ou ainda vítimas de abandono? Será que não lhes importa ter perdido o seu pai? Nunca terão feito interrogações durante a noite, a perguntar por que os seus pais os abandonaram, como serão enquanto pessoas, ou se gostam dos seus filhos? Evidentemente que sim. Somos concebidos para conhecer os nossos dois pais e sermos conhecidos por eles. Quando um deles se perde, deixa uma ferida duradoura”.

“Aqueles que se opõem, dirão que existem estudos a concluir que para os filhos de lares homoparentais a sua situação é até melhor do que a dos lares biológicos intactos. Deixemos de lado os problemas metodológicos desses estudos e pensemos por um momento. Se para a ciência social é indiscutível que as crianças sofrem muito quando são abandonadas pelos seus pais biológicos, quando estes se divorciam, quando um deles morre, ou quando elas próprias são concebidas por doadores, como pode ser possível que se sintam milagrosamente até melhor quando são criadas em lares homoparentais?”

“Cada criança criada por ‘duas mães’ ou por ‘dois papás’ chegou a esse lar através de uma dessas quatro vias traumáticas. Por acaso, ser criada debaixo do arco-íris varre milagrosamente todos os efeitos negativos e a dor que rodeia a perda e a ausência de um dos dois progenitores?”.

“Como muitos norte-americanos, sou favorável a que os adultos tenham a liberdade de viver como bem entenderem. Oponho-me inequivocamente a criminalizar as relações homossexuais. Só que definir corretamente o casamento não criminaliza nada. E o interesse do governo no casamento tem a ver com os filhos que só podem nascer de uma relação entre homem e mulher. Redefinir o casamento redefine a paternidade, e faz com que nos move-mos para lá da nossa filosofia de “vive e deixa viver”, para um terreno no qual a nossa sociedade promove uma estrutura familiar em que os filhos irão sempre perder”.

Teremos chegado realmente a um tempo em que pretendemos institucionalizar a desproteção do direito natural do menor a um pai e a uma mãe, para dar por boas as emoções dos adultos?

O juiz Anthony Kennedy acabou por votar a favor da legalização do casamento gay em junho último, contribuindo para a votação de 5 votos favoráveis e 4 contra.

“Locke”

“Locke”

Realizador: Steven Knight

Atores: Tom Hardy

Duração: 85 min.

Ano: 2013



O cinema oferece exemplos invulgares de como se pode tocar na profundidade do “ser humano”. Neste caso, trata-se de um filme duro, onde todas as questões essenciais são abordadas, mas com um mínimo de elementos: tudo se passa dentro de um carro conduzido por um homem. Pelas chamadas telefónicas que recebe e que faz, vai sendo desenrolada toda a sua vida...

Está casado, tem dois filhos e possui um bom emprego. No entanto, ao longo de todo o percurso sempre a conduzir, tenta resolver uma situação que criara por um caso de infidelidade. Está arrependido e quer solucionar o que pode ser solucionado. Faz opções e corre riscos, decidindo enfrentar com a verdade o problema. Sabe que pode ser despedido por não estar na empresa nessa altura, mas há outras prioridades. Pelas conversas telefónicas fica-se a conhecer o que fizera dele um homem competente, um reconhecido trabalhador e bom pai. O que de facto conta e o que permanece são os gestos e atitudes concretas. Também nas conversas com a mulher e os filhos vai sobressair o que realmente importa na vida... e para tudo há uma resolução.

Tópicos de análise:

1. Assumir as responsabilidades ajuda a encontrar soluções.
2. Dar sentido aos pormenores faz crescer a confiança.
3. A integridade constrói-se tanto na vida pessoal como profissional.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE